A luta dos movimentos pela anistia sob a mira do DEOPS/SP (1977-1983)

PÂMELA DE ALMEIDA RESENDE*

Resumo

Esse artigo tem como objetivo analisar, por meio da documentação presente na série Dossiês do Fundo DEOPS/SP, a atuação dos militares em relação aos movimentos pela anistia, entre 1977 e 1983, período marcado pela intensificação das manifestações sociais, além da decretação da Lei de Anistia em 1979. Pensando nisso, através de quais ações, procedimentos e meios a polícia política esteve presente cotidianamente nos eventos realizados em torno da luta pela anistia? Quais aspectos ou elementos presentes nesses movimentos foram alvos da vigilância nesse período? Dessa maneira, buscou-se compreender os critérios pelos quais determinadas pessoas e movimentos eram alvos de investigações, o modo como o regime procurou cercear os indivíduos, seja na busca da informação, seja na prática da repressão, e quais tipos de informações eram consideradas importantes, com o intuito de desvendar o pensamento desse aparato estatal acerca dos movimentos pela anistia.

A partir da década de 1990, tendo em vista o processo de redemocratização e a atuação na cena pública de diversos movimentos de direitos humanos, ocorreu em diversos estados brasileiros um processo de abertura à consulta pública dos acervos dos órgãos estaduais da polícia política. A transferência do *corpus* documental, em 1993, do DEOPS/SP para o Arquivo Público do Estado de São Paulo representou, então, uma tentativa de interromper a cadeia de impunidades que permaneceria na sociedade atual, já que ali se encontram documentos que comprovam o exercício da prática sistemática da vigilância e tortura, além de serem decisivos para o esclarecimento e o resgate de parte da história.

Dessa forma, a chegada desses arquivos ao espaço público, abre um novo ciclo de produção de sentidos sobre as ações e conseqüências do regime civil-militar. No

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

entanto, é necessário cautela sob essa documentação e o fascínio por ela exercido. Étienne François (FRANÇOIS, 1998) ao analisar o caso da República Democrática Alemã (RDA) quando da abertura da documentação da *Stasi*, a polícia política da Alemanha Oriental, nos mostra que a consulta a esse material secreto em um momento de liberdade política ocasionou, segundo esse exemplo, a estranha sensação de que todo o segredo do passado autoritário estava, enfim, revelado, liberto. (KUSHNIR, 2009: 20)

A questão que se coloca, portanto, é sobre a arte de fazer perguntas às fontes, buscando compreender a procedência de cada documento, as condições de sua produção, tendo em vista sempre que a organização desse tipo de acervo expressa a dinâmica de um organismo de inteligência e uma *verdade* que seus agentes construíram para legitimar suas ações. Nesse sentido, é necessário um questionamento maior sobre a vigilância exercida por esse aparato estatal, tendo em vista a própria organização e sistematização do acervo. Como afirma Mariana Joffily:

> *Não é em absoluto certo que encontraremos em cada página de declarações o que efetivamente se passou, nem que tudo o que esteja lá seja falso. Não se trata, portanto, de buscar no documento uma verdade, mas elementos de realidade que, devidamente contextualizados, possam produzir sentido.* (JOFFILY, 2007: 176-177)

As palavras de Joffily parecem fundamentais não apenas para o manuseio dos documentos produzidos pelos militares, mas para o trabalho com qualquer tipo de fonte histórica. Ao levar em conta a perspectiva da polícia política, deve-se reconhecer que a riqueza do acervo DEOPS/SP para os estudos históricos não está circunscrita à década de 1970, mas que abarca uma grande parte da história republicana brasileira. De acordo com a amplitude temporal do seu acervo, 1924-1983, é possível mapear o trabalho de vigilância e repressão da polícia política sobre diferentes setores da sociedade civil. No entanto, independente do recorte estabelecido, é necessário problematizar o significado desse "olhar vigilante" tendo em vista a própria produção e organização da informação coletada.

Para os pesquisadores do tempo presente, especificamente, a questão que se coloca é de como fazer desse passado recente um objeto de investigação e conhecimento histórico. Ademais, a existência de uma forte demanda social e política a

respeito do tema das seqüelas individuais e coletivas impõe o desafio de se trabalhar com eventos inconclusos, com a dificuldade de acesso à documentação e com situações traumáticas na maioria dos casos. Segundo Enrique Serra Padrós,

> *O debate sobre a existência dos arquivos repressivos, da sua destruição ou das dificuldades dos governos democráticos em descobri-los, torná-los públicos ou tornar menos rígida a legislação específica para seu acesso, é parte dos problemas com os quais se defrontam, na atualidade, os pesquisadores do presente. A disputa pela sua abertura está contaminada pelo tema do revanchismo, acusação feita por setores vinculados ou simpatizantes do antigo establishment autoritário aos setores que exigem conhecer a verdade sobre aqueles fatos do passado recente.* (PADRÓS, 2009: 40-41)

A documentação produzida pelo DEOPS/SP em seu trabalho cotidiano de vigilância e espionagem configura, portanto, um testemunho das concepções que mediaram as relações entre o Estado e os movimentos pela anistia. Mesmo com silêncios e interditos, esses documentos contribuem para o desvendamento de ideias, formulações e, sobretudo, ações dos militares, evidenciando os sentidos desse *encontro.* O levantamento dessa problemática[1] advém do fato de que, em função de suas características, a Lei de Anistia de 1979[2] não significou o encerramento da demanda por justiça proveniente dos amplos setores atingidos pelo regime civil-militar, incluindo os movimentos pela anistia. O que se verificou foi uma lei que trouxe consigo mobilizações, reivindicações tanto dos cidadãos não anistiados como daqueles que

[1] É válido ressaltar que, a temática dessa pesquisa dificilmente poderia ser proposta há alguns anos, quando os historiadores quase não estudavam as décadas mais recentes, deixando essa tarefa, sobretudo, para os cientistas sociais e políticos. Atualmente, a história tem, cada vez mais, se voltado para o questionamento desse passado recente, principalmente a partir das contribuições teóricas e estudos do *Instituto de História do Tempo Presente de Paris.* A proximidade temporal desses estudiosos com o seu objeto de estudo, fortemente criticada pela historiografia tradicional, é encarada por alguns de maneira positiva, já que defendem a necessidade de abrir novas temáticas e abordagens, mesmo tratando-se de objetos contemporâneos. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. "História do Tempo Presente: desafios*". Cultura Vozes*, v.94, n 3, Petrópolis, p.111-124, maio/jun., 2000.

[2] Em 28 de agosto de 1979, o Congresso Nacional promulgou a Lei nº. 6.683, chamada Lei de Anistia. Dessa forma, concedeu-se indulto a todos os que haviam cometido "crimes políticos ou conexos com estes", ou seja, crimes de qualquer natureza relacionados com crimes de natureza política ou praticados por motivação política. Após um período de 15 anos de regime autoritário, os militares cediam às pressões da opinião pública que, no final da década de 1970, passou a ter a Anistia como "ordem do dia". Apesar de ser um marco no processo de abertura política no Brasil, percebe-se que apesar da amplitude da luta pela anistia, a lei aprovada pelo regime não atendia aos objetivos dos movimentos que a defendiam e lutavam por ela, já que tal lei anistiava tantos os torturadores quanto os torturados.

haviam sido "beneficiados" com a anistia, mas se encontravam insatisfeitos com o caráter da lei. (MACHADO, 2006: 9)

Nos últimos anos da década de 1970 com a ampla divulgação da bandeira pela anistia, por meio da atuação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs)[3], o questionamento ao autoritarismo volta-se contra o regime como um todo. De um lado, as oposições democráticas representadas pelos movimentos sociais, incluindo aqueles em defesa da anistia apontavam para a necessidade de uma "anistia ampla, geral e irrestrita". Acrescenta-se a isso o fato dela estar vinculada a outras questões importantes, como o fim da legislação do Estado de exceção, a garantia dos direitos humanos, o desmantelamento do aparelho repressivo, o esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as mortes e os desaparecimentos, a restauração do *habeas corpus* e, mais adiante, a reivindicação por uma Assembléia Nacional Constituinte. Do outro lado, há os militares para os quais a questão da anistia figurava como mais um ponto de divergência dentro e fora da corporação (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1995). No processo de "abertura lenta, gradual e segura", percebe-se a noção de concessão, compromisso e consenso por parte do regime.

Comandado pelo presidente Ernesto Geisel, em 1974, a abertura política ocorreu, portanto, nos "limites da ordem". É evidente que, em algum momento, os militares voltariam aos quartéis, entretanto, isso só poderia ocorrer em condições que fossem propícias à corporação[4]. Em função disso, qualquer discussão acerca da possibilidade de iniciar um processo de transição política deveria ser cuidadosamente acordada entre as

[3]Em pouco tempo, os CBAs revelaram-se um dos mais eficientes movimentos de ação política, além de concentrarem seus esforços em objetivos que iam além da luta pela anistia, em seu sentido restrito, compreendendo também a busca do que aconteceu com os desaparecidos, a denúncia das condições precárias dos presos políticos, desmontagem do aparato repressivo, além da pressão para a libertação de brasileiros presos em países com regimes ditatoriais na América Latina.

[4]É válido ressaltar que as Forças Armadas possuíam uma divisão interna que pode ser resumida da seguinte forma: um grupo de militares conhecidos como "linha dura" e outro como militares "castelistas". Por outro lado, essa divisão nem de longe dá conta da variação das posturas ou dos alinhamentos políticos identificados dentro da instituição militar, já que essa separação entre duros e castelistas também não significa afirmar que um grupo fosse mais democrático do que outro, ou então que todos os militares fossem antidemocráticos. Na prática, segundo João Roberto Martins Filho, em contraposição a análises que tendem a classificar o regime como uma "grande bagunça", apesar das crises visíveis do começo ao fim do período ditatorial, havia mais lógica nas crises militares do que geralmente se supõe, embora a dinâmica do regime não possa ser compreendida apenas pela oposição entre duros e moderados. Assim, essa "unidade na desunião", segundo termo utilizado por Martins Filho, explica melhor o caráter do regime militar brasileiro. MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969).* São Carlos: EDUFSCar, 1995.

bases militares. Tornou-se, então, essencial o planejamento de condições seguras para a transferência do poder para os civis, além da necessidade de conter quaisquer focos de oposição a fim de efetuar a transição de forma a não abdicar dos interesses dos militares. Nessa esfera, sabia-se que o projeto de descompressão do regime seria algo difícil de concretizar a curto e médio prazo, num processo marcado por avanços e recuos, denotando uma relação de *equilíbrio* entre Geisel, seus assessores, os movimentos de oposição e os representantes da linha dura.

Dessa maneira, mesmo com intenções de liberalizar o regime, houve a manutenção do aparato repressivo e de uma série de mecanismos para conter os focos de oposição, como a Lei Falcão e o Pacote de Abril[5]. Geisel consegue, assim, com avanços e recuos transferir para o seu sucessor, o general João Figueiredo, a tarefa de conduzir a abertura política, a partir de 1979. No entanto, as divergências dentro das Forças Armadas permaneciam e tomaram uma feição terrorista com o aprofundamento da liberalização do regime, principalmente a partir da promulgação da Lei de Anistia (ARTURI, 2011: 258). O caso mais emblemático desse período foi o atentado contra o concerto de música popular, realizado no RioCentro no ano de 1981. O objetivo dos responsáveis, dois militares do DOI-Codi do Rio de Janeiro, era depositar artefatos explosivos, contudo, por ironia uma das bombas explodiu no colo do sargento matando-o. Para além desse "feliz acaso", (REIS FILHO, 2000: 115) esse episódio acabou por causar grande impacto nos meios militares, além de corroborar a tese de que os órgãos repressivos ainda ofereciam uma significativa resistência à liberalização política. Para Ronaldo Costa Couto, "a repressão política criara um poder militar paralelo, praticamente autônomo, enfraquecendo os comandos, prejudicando a hierarquia e a disciplina, ameaçando a ordem dentro das próprias Forças Armadas". (COUTO, 1999: 151)

Nesse contexto, a existência do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP)[6] representa a manutenção de uma parte fundamental do aparato repressivo

[5] O denominado "Pacote de Abril", aprovado no ano de 1977, estabeleceu, dentre outras medidas, a extensão do mandato presidencial de cinco para seis anos e o adiamento para 1982 das eleições diretas para governador dos Estados.

[6] Essa sigla refere-se à última denominação que recebeu pela legislação que alterou sua constituição, em 1975, por meio da qual passou a chamar-se Departamento de Ordem Política e Social. Tal órgão foi criado pela Lei n. 2.034, de 30 de dezembro de 1924, quando recebeu o nome de Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), sendo extinto pelo Decreto n. 20.728, de 04 de março de 1983. Ver: AQUINO, Maria Aparecida de; LEISTER FILHO, Adalberto; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi

do Estado. Embora tenha recebido diferentes denominações ao longo de sua história, as funções desse órgão eram, em seu conjunto, muito similares, já que essa variedade de nomenclaturas não implicou numa mudança das suas atribuições, sempre voltadas para a vigilância constante sobre aqueles considerados suspeitos de atentarem contra a "ordem político-social", lançando mão de práticas violentas e ilegais, ou mesmo de métodos amparados na legislação.

Desde sua criação, em 1924, o DEOPS/SP tinha como dever atribuído pelo Estado coibir o crime político, tornando-se assim um sistema repressivo que procurou controlar e reprimir a atuação política da sociedade[7]. Tal acervo é constituído por 101 livros de Registros de Inquéritos Policiais, além das quatro séries documentais, a saber: Prontuários (170.000 fichas e 150.000 prontuários); Dossiês[8] (1.100.00 fichas remissivas e 9.000 pastas); Ordem Política (1.500 pastas) e Ordem Social (235.000 fichas e 2.500 pastas).[9]

A documentação da série Dossiês começou a ser produzida na década de 1940 e se extinguiu com o término do órgão em 1983, quando passou para a guarda da Polícia Federal permanecendo até 1991. É necessário ressaltar que muitas são as discussões acerca do que teria acontecido a essa documentação durante os anos de 1983 a 1991. O que se pode afirmar com certeza é que durante o tempo em que permaneceu sob guarda da Polícia Federal, seus agentes promoveram uma verdadeira "limpeza", já que são evidentes as lacunas entre os documentos. Contudo, não restam dúvidas de que o

---

L. de; SWENSSON JR., Walter Cruz. (org.). *A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-1964. Família 50.* São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002, p. 32.

[7]A preocupação em manter o controle social levou os militares, no período ditatorial, a organizar vários órgãos, formando um complexo aparato repressivo por meio da atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI), das Seções das Forças Armadas, dos DOI-CODI e dos DOPS estaduais que integravam a comunidade de informações e segurança.

[8]O termo *dossiê* significa: "unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversas, para uma finalidade específica." CAMARGO, Ana Maria de Almeida, BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coordenação). *Dicionário de terminologia arquivística.* São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo) / Secretaria de Estado da Cultura, 1996, p. 32.

[9]Com o intuito de desvendar essa tipologia documental foi criado o projeto "Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série Dossiês (1940-1983), durante os anos de 1998 a 2002, sob coordenação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino. Para informações e resultados dessa pesquisa: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marcos Aurelio Vannucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz. (org.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

material disponível possui uma função incontestável para aqueles que desejam adentrar e compreender o obscuro "coração das trevas".

Esse conjunto documental, principal do referido acervo, foi organizado pelo Arquivo Geral do DEOPS/SP[10] no sentido de limitar ou impedir o acesso às informações armazenadas e ao conhecimento pleno das atividades do órgão (LEITÃO, 2000: 7). Além disso, grande parte da documentação consultada possui carimbos de "confidencial", "reservado" e "secreto", sendo raros os documentos não classificados. Essas classificações remetem-nos ao fato de que os militares não esperavam ter de responder por sua comunicação interna, estando esta restrita aos órgãos da comunidade de informações e segurança do regime. Existem, ainda, carimbos com frases de exaltação do regime, como por exemplo: "A Revolução de 1964 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil". Percebe-se, então, a necessidade de reafirmar até mesmo para os funcionários a serviço da repressão a irreversibilidade da "revolução de 1964". Pensando dessa maneira, todo documento que foi apreendido, anexado, tem sua razão, sua importância. Logo, esse é o grande desafio: desvendar essa teia, o contexto de um determinado conjunto, analisar como essa história foi construída tendo em vista sempre que é um arquivo policial.

Os documentos constantes na série Dossiês podem ser divididos em duas categorias: a primeira refere-se àqueles documentos produzidos pelo órgão policial, ou seja, relatórios, informes, telegramas, etc, demonstrando, assim, o *modus operandi* da polícia política; a segunda diz respeito aos documentos produzidos pelos setores atingidos pela repressão policial, dentre esses os movimentos pela anistia, e que eram apreendidos e anexados às pastas constantes na série Dossiês. Esse material "subversivo" apresentava-se sob a leitura e apropriações da polícia política com intenção prévia de constatar uma contravenção, um crime de ideias. Os documentos policiais, por sua vez, representam construções ideológicas sobre os cidadãos suspeitos sob a lógica da desconfiança. Dessa forma, esses diferentes tipos documentais, presentes no fundo Dossiês, encontram-se de forma a compor uma "estória" narrada pela polícia política visando a criminalização do indivíduo ou movimento investigado (KOSSLING, 2007: 53).

[10] Enquanto as séries Prontuários, Ordem Social e Ordem Política são de simples aproximação desde que conheça a pessoa, tema ou instituição a ser pesquisada, a série Dossiês, a mais numerosa, possui um código alfanumérico extremamente complexo.

Nesse sentido, uma das estratégias dos militares para aumentar as informações sobre os possíveis "inimigos" era a infiltração realizada nos movimentos sociais. Os órgãos de informação encaravam essa tarefa como uma ação "preventiva". Tal técnica consistia basicamente em suspeitar de todos, daí presume-se a necessidade de coletar e arquivar todo e qualquer dado obtido no processo de investigação. De acordo com Caroline Bauer,

> *A lógica da suspeição, no processo de produção de informações, resulta na prática de uma produção preventiva, pois se acumula uma enorme quantidade de informações sobre a vida pública e privada de indivíduos e organizações considerados potencialmente "subversivos" (BAUER, 2006: 85).*

Nesses documentos, as informações são extremamente detalhadas fazendo, na maioria dos casos, referências às pessoas presentes nos eventos vigiados. Dados sobre contatos sociais, vida pessoal, estão todos lá compondo um quadro de vigilância constante aos identificados como opositores ou possíveis opositores do regime. Além disso, ao transcrever as falas e intervenções feitas em reuniões e/ou congressos, muitos deles começam e terminam com aspas, além de marcarem a caneta os nomes de todos os presentes.

Ademais, confirma-se a existência de um projeto claramente autoritário, evidenciado não só pelo conteúdo propriamente dito, mas, principalmente, pelas terminologias utilizadas: **"elemento"**, **"terrorista"**, **"subversivo"**. Além desses relatórios que dão conta em detalhes do que acontecia nos eventos, existem também os relatórios diários[11]. Comumente, apresentam dois itens centrais: *período,* incluindo a hora e o dia das investigações; e *ocorrências registradas,* sendo estas classificadas em campos de observação, por exemplo: "campo político", "campo social", "campo sindical", "campo estudantil" e "campo subversão". De modo geral, as atividades dos movimentos pela anistia aparecem registradas no campo "estudantil" e "subversivo".

[11]Relatórios diários: Dossiê 21-Z-14-5559. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-5555. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-4509. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-5025. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-5106. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-5122. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-5024. DEOPS/DAESP.

Nesse contexto, a vigilância acontecia também por meio dos jornais, utilizados pela polícia política como fonte de informações. Esse arquivamento de reportagens jornalísticas não era por acaso, já que os agentes do DEOPS/SP faziam uso delas como fonte de informações para o desenvolvimento de suas atividades policiais. Desse modo, diversos jornais[12] que discutiam ou divulgavam a ação dos movimentos pela anistia apresentavam-se anexados aos documentos policiais. Outro exemplo da ideia de que o "inimigo" podia estar em toda parte foi com a vigilância a espetáculos musicais. Levando em consideração que um show pode ser um espaço de conscientização e levar à mobilização política por meio da circulação de ideias, a polícia política teria todos os motivos para vigiar o espetáculo.

A partir desses exemplos, é possível perceber a constituição da informação (elaboração de relatórios detalhados, relatórios diários e arquivamento de jornais) construída pela polícia política de forma a levar à criminalização do indivíduo e de quem manteve contato com ele de alguma forma, já que todas essas pessoas também se encontram fichadas. Segundo Aquino, "a forma pelo qual o enredo é contado se relaciona perfeitamente com o mesmo. Forma e conteúdo fazem parte de um mesmo conjunto inseparável de intenções" (AQUINO, 2000: 39). No caso da polícia política, como vimos, era recolher o máximo de informações dos que eram classificados como "subversivos".

No entanto, se por um lado tal documentação evidencia que os militares e os movimentos pela anistia vivenciaram tensões e conflitos, sobretudo, por conta do tipo de anistia idealizado por esses grupos, por outro lado, é possível notar algumas dinâmicas diferenciadas dentro do recorte temporal compreendido entre 1977 e 1983. Em outras palavras, em 1977 a atenção dispensada aos movimentos pela anistia ainda é incipiente, e estava relacionada à vigilância a outros movimentos, como o estudantil, já que esse foi o ano de articulação da luta pela anistia com a criação do MFPA. Constituiu-se cobertura cerrada a tudo o que acontecia nas universidades,

[12]Como exemplos de reportagens: "Anistia: 60 países violam os direitos" (Estado de São Paulo – 1977)Anistia Irrestrita, por quê?" (Última hora – sem data); "Anistia pela metade" (JornaLeste – 1979); "Anistia na voz de Clarice Herzog" (O Diário de Piracicaba); "Na Cúria enviada da Anistia (O Estado de São Paulo – sem data); "Anistia Internacional ganha Nobel da Paz em 1977" (O Estado de São Paulo – 1977); "Delegada da anistia não vê os presos" (Jornal do Brasil – 1978); "Anistia: Brasil tem 213 presos políticos" (O Estado de São Paulo – 1977); "Anistia divulga lista de 39 desaparecidos" (O Estado de São Paulo – 1978).

principalmente USP e PUC-SP, com numerosos informes feitos pelos agentes que descreviam a rotina acadêmica, como a circulação de panfletos, cartazes pregados nos prédios e realização de seminários e debates. Na luta contra o regime civil-militar, os movimentos pela anistia entendiam que era por meio da organização e conscientização junto com outros movimentos populares, associações e sindicatos que seria possível um posicionamento de resistência à política autoritária dos militares. Assim, de um modo geral, nesse primeiro momento a questão da anistia era reivindicada por movimentos que discutiam também a volta do Estado de Direito, a redemocratização do país, melhorias nas condições de vida, entre outras.

Já na década de 1980, da "baixa" vigilância comprovada pelo número de fichas remissivas encontradas, apenas 45[13] num universo de 309, acontece em função do início do esvaziamento dessa luta novamente incorporada a outras bandeiras políticas. Essa característica comum nesses dois momentos, 1977 e anos 1980, revela que os aparatos de informação e segurança estavam atentos às relações tecidas entre os movimentos, especialmente pelo acompanhamento diários das atividades estudantis e sindicais que, invariavelmente, faziam referência à luta pela anistia. Tudo era devidamente vigiado e relatado. Pensando nisso, as preocupações que envolviam a polícia política nesses dois momentos estão relacionadas não apenas com a luta pela anistia, mas com os diálogos estabelecidos entre esses movimentos considerados "subversivos". Se, em 1977 o diálogo acontecia principalmente com o movimento estudantil, na década de 1980 os movimentos pela anistia voltam sua atenção para uma luta conjugada com o movimento sindical.

Os anos de 1978 e 1979 são marcados, então, pela capacidade de aglutinação de pessoas em torno dos eventos, cada vez mais constantes, pela anistia. Durante esse período, o cerco repressivo e a suspeita sobre esses movimentos e seu público eram de tal magnitude que ações aparentemente banais foram objeto de descrição detalhada nos relatórios dos agentes infiltrados, constituindo verdadeiros paradigmas das estratégias de "produção de suspeita", mesmo quando, a rigor, não tinham nada a registrar. A lógica do máximo de informações inseria-se numa visão de que para combater o "inimigo" seria necessário conhecê-lo a fundo. Ademais, a ideia de que toda a informação poderia tornar-se necessária era proveniente da própria característica do

[13] Estamos levando em conta os anos entre 1980 e 1983.

DEOPS/SP (APOLLONIO, 1954: 149). Logo, isso talvez justifique também a presença demasiada da contra-informação, ou seja, mais de um agente cobrindo o mesmo evento, já que os relatórios "duplos" aparecem com freqüência. Ou então, diversas cópias do mesmo documento numa mesma ou em diferentes pastas. Isso ocorre em função de interesses específicos da polícia em acumular informações que podem indicar diferentes abordagens do mesmo material. Como nos afirma Joffily "a leitura em série vai apontando padrões, temas recorrentes, cuja insistente aparição assinala o repertório de preocupações dos interrogadores". (JOFFILY, 2007: 178)

Essa "visita ao centro da mentalidade autoritária" mostrou um pouco a importância dessa documentação ao trazer à tona a questão do olhar vigilante e do papel dos agentes infiltrados na atuação junto aos movimentos pela anistia. A pesquisa à documentação do DEOPS/SP demandou uma minuciosa análise dos documentos oficiais, já que, por vezes, as informações não eram encontradas. Desvendar esse "quebra-cabeça" exigiu perguntas às fontes, buscando compreender sua procedência, as condições de sua produção, a fim de que ela realmente pudesse fornecer respostas aos nossos questionamentos.

O resultado é uma produção intensa, respeitadas as devidas particularidades, de relatórios por agentes policiais, fichas individuais e informes, além da apreensão de materiais considerados "subversivos". Percebe-se, portanto, que a problematização e o diálogo dos diferentes documentos constantes na série Dossiês, possibilitam mapear o *embate* das memórias dos distintos agentes envolvidos na produção dos mesmos. De um lado, o material produzido pelos movimentos pela anistia. De outro, os relatórios e informes produzidos pela polícia política que refletem a *verdade* construída para justificar as ações de vigilância. Dessa maneira, a análise dessa documentação abre possibilidades para se historicizar diversos aspectos da vida pública praticados pelas organizações da sociedade civil que eram observadas e para entender a lógica que permeia as funções exercidas pela polícia política.

Constatamos, então, através da análise da documentação entre 1977 e 1983, que a ação repressiva, empreendida pela polícia política, aos movimentos pela anistia esteve mais ligada a uma vigilância e repressão indiretas, do que a prisões e processos na Justiça Militar, contando muito mais com uma "repressão preventiva", através de uma vigilância constante. Dessa maneira, evidencia-se um regime revestido sob uma

aparência de legalidade, ao mesmo tempo em que exercia uma prática autoritária. Resgatar esse momento - o embate de posições e suas inúmeras faces -, é mais do que um exercício de pesquisa. Significa, sobretudo, enfatizar questões como a relação Estado autoritário *versus* sociedade civil em um momento marcado por concessões e conquistas.

Bibliografia

APOLLONIO, L. *Manual de Polícia Política e Social.* São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo, 1954.

AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marcos Aurelio Vannucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz. (org.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro.* São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001. vol 1.

AQUINO, Maria Aparecida de; LEISTER FILHO, Adalberto; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de; SWENSSON Jr., Walter Cruz. (org.). *A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-1964. Família 50.* São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002, vol 5.

AQUINO, Maria Aparecida de. Um certo olhar. In: *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade? / organizado por Janaína Teles.* São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2000.

ARTURI, Carlos S. A cultura política da linha-dura militar: os "ideais traídos" do general Sylvio Frota. In: *Cultura(s) Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina.* Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3 andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982).* Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida, BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coordenação). *Dicionário de terminologia arquivística.* São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo) / Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente: desafios.* Cultura Vozes, v.94, n 3, Petrópolis, p.111-124, maio/jun., 2000.

FRANÇOIS, Étienne. "Os 'tesouros' da Stasi ou a miragem dos arquivos". *In:* BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História.* Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; FGV, 1998.

JOFFILY, Mariana. "A voz do dono e o dono da voz". *In: Revista Esboços*, v.14, n.17. Florianópolis, p. 176-182, 2007.

KOSSLING, Karin Sant' Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983).* Dissertação de mestrado. Departamento de História. São Paulo: USP, 2007.

KUSHNIR, Beatriz. "Nas teias da lei: limites e interditos no acesso à informação". *In: Maços na gaveta: reflexões sobre mídia.* Rio de Janeiro, EdUFF, 2009.

LEITÃO, A. "Estudo sobre os códigos da série Dossiês do Fundo DEOPS-SP". In: *Informativo Associação dos Arquivistas de São Paulo.* São Paulo: Arquivo do Estado, junho de 2000, n.2.

MACHADO, Flávia Burlamaqui. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002).* Dissertação de mestrado. Departamento de História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969).* São Carlos: EDUFSCar, 1995.

PADRÓS, Enrique Serra. "História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos". *In: Tempo e Argumento,* v.1, n.1. Florianópolis, p. 30-45, Jan/Jun, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História". IN: *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade? / organizado por Janaína Teles.* São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2000.